

IMPASSES E DESAFIOS DAS POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR NO PERÍODO 2019/2022

IMPASSES AND CHALLENGES OF HIGHER EDUCATION POLICIES IN THE PERIOD 2019/2022

Kátia Lima¹

RESUMO

O texto apresenta os resultados parciais das pesquisas realizadas em uma rede de pesquisadores vinculados a duas universidades federais. Tais reflexões, fundamentadas na interlocução estabelecida com o pensamento sociológico de Florestan Fernandes, expressam o esforço coletivo de análise da formação social brasileira; dos desafios educacionais de um país marcado por sua inserção capitalista dependente na economia mundial e de como tais desafios incidem na formação profissional e no trabalho do/a assistente social na área da educação. A partir do exame das particularidades do desenvolvimento do capitalismo no Brasil e do papel exercido pela autocracia burguesa, o texto aborda a contrarrevolução burguesa permanente e prolongada em curso no país em tempos recentes (2019-2022) e como este processo contrarrevolucionário reconfigurou a política de educação superior, apresentando um conjunto de desafios para os que lutam em defesa da educação pública.

Palavras-chave: Formação social brasileira; Governo Jair Bolsonaro; Política de Educação Superior, Universidades Federais.

ABSTRACT

The text presents the partial results of research carried out in a network of researchers linked to two federal universities. Such reflections, based on the established interlocution with the sociological thought of Florestan Fernandes, express the collective effort of analysis of the Brazilian social formation; of the educational challenges of a country marked by its dependent capitalist insertion in the world economy and how such challenges affect professional training and the work of social workers in the field of education. From the examination of the particularities of the development of capitalism in Brazil and the role played by the bourgeois autocracy, the text addresses the permanent and prolonged bourgeois counterrevolution underway in the country in recent times (2019-2022) and how this counterrevolutionary process reconfigured higher education policy, presenting a set of challenges for those who fight in defense of public education.

Keywords: Brazilian Social Formation; Jair Bolsonaro government; Higher Education Policy, Federal Universities.

¹ Professora associada – Escola de Serviço Social – Universidade Federal Fluminense – Doutora em Educação
Katiaslimauff@uff.br

1. INTRODUÇÃO

O presente texto apresenta os resultados parciais das pesquisas realizadas em uma rede de pesquisadores vinculados a duas universidades federais. Tais reflexões estão pautadas no esforço coletivo de análise (i) da formação social brasileira; (ii) dos desafios educacionais de um país marcado por sua inserção capitalista dependente na economia mundial e (iii) de como tais desafios incidem na formação profissional e no trabalho do/a assistente social na área da educação.

Neste sentido, o artigo está estruturado em três partes, além desta introdução. Em um primeiro momento, retomaremos a interlocução com o pensamento do saudoso intelectual militante Florestan Fernandes para fundamentar a abordagem da formação social brasileira, apreendendo como ocorreu o desenvolvimento do capitalismo em nosso país.

A partir do breve exame da revolução burguesa no Brasil e do papel exercido pela autocracia burguesa no capitalismo dependente, a segunda parte do texto problematiza as ações constitutivas da contrarrevolução permanente e prolongada em curso no país no período 2019/2022, concebendo-a como um processo que objetivou a garantia da concentração de renda, prestígio e poder para a burguesia brasileira em sua associação estrutural e dinâmica com o imperialismo, em tempos de crise do capitalismo. Por fim, na terceira parte do texto, analisaremos a materialidade destas ações contrarrevolucionárias conduzidas pelo governo do capitão Jair Bolsonaro em seus ataques à educação superior pública, especialmente, às universidades federais.

Nutrimos, desta forma, a esperança, do verbo *esperançar*, como nos ensinou Paulo Freire (1992), de que as breves reflexões ora apresentadas possam se constituir como uma pequenina “[...] peça de combate [...]”, nos termos de Florestan Fernandes (1975, p.33), fortalecendo as lutas coletivas pelo direito à educação pública, gratuita, laica e democrática para todos/as os/as trabalhadores/as em nosso país.

2. AUTOCRACIA BURGUESA NO CAPITALISMO DEPENDENTE

Florestan Fernandes (1968, 1975b, 2005), em sua contribuição à teoria do desenvolvimento capitalista, trabalha, a partir do diálogo que estabelece com K. Marx, V. Lenin e L. Trotsky, duas dinâmicas na construção do conceito de capitalismo dependente: as leis gerais que regem o padrão de desenvolvimento capitalista inerente ao capitalismo monopolista e, ao mesmo tempo, as particularidades da formação econômico-social brasileira e do seu papel na divisão internacional do trabalho. Articulando universalidade, particularidades e singularidades, o autor (1968) ressalta que, no capitalismo dependente, ao mesmo tempo em que a burguesia nascente conduziu a revolução burguesa, ela foi incapaz de romper com a condição colonial permanente forjada desde o Brasil colônia.

No mesmo sentido, quando trabalha com a concepção de revolução burguesa como um conjunto de transformações econômicas, tecnológicas, sociais, psicoculturais e políticas que só se realizam quando o desenvolvimento do capitalismo atinge o clímax de sua evolução industrial, Fernandes (2005) examina como a sociedade de classes, em nosso país, se estrutura sem uma burguesia revolucionária que rompa com a mentalidade do senhor rural. A burguesia brasileira se forja na relação que articula o padrão compósito de hegemonia burguesa e o padrão dual de expropriação do excedente econômico, articulando os vínculos entre os setores mais conservadores e reacionários com o imperialismo para realizar o rateio do excedente econômico, fazendo com que a autocracia seja decorrência deste padrão compósito de hegemonia.

Por isso tal padrão de hegemonia burguesa anima uma racionalidade extremamente conservadora, na qual prevalece o intento de proteger a ordem, a propriedade individual, a iniciativa privada, a livre empresa e a associação dependente, vistas como fins instrumentais para a perpetuação do superprivilegiamento econômico, sociocultural e político (FERNANDES, 1975b, p. 108).

No que se refere ao padrão dual de expropriação do excedente econômico realizado pela burguesia local associada ao imperialismo, Fernandes (2005, p.341)

tece as seguintes análises, fundamentais para o exame das particularidades da formação social brasileira:

Ignorou-se que a apropriação dual do excedente econômico – a partir de dentro, pela burguesia nacional; e, a partir de fora, pelas burguesias das nações e por sua super potência – exerce tremenda pressão sobre o padrão imperializado (dependente e subdesenvolvido) de desenvolvimento capitalista, provocando uma hipertrofia acentuada dos fatores sociais e políticos da dominação burguesa.

Este processo resultou em particularidades na mercantilização da força de trabalho, caracterizando como foi constituído o mercado de trabalho interno e como se deu a transição entre a extinção do sistema colonial e a implantação do trabalho assalariado, vendido como mercadoria. Florestan Fernandes (1975b) evidencia que, no Brasil, este mercado não funciona segundo os requisitos de uma economia capitalista competitiva, não preenche, sequer, a função de incluir todos os vendedores reais ou potenciais da força de trabalho, pois a sua mercantilização ocorreu (a ainda ocorre) nos marcos da sobrevivência de economias de subsistência, como parte da racionalidade do próprio capitalismo dependente.

Desta forma, o assalariamento é concebido como um privilégio econômico e social na medida em que as transformações econômicas não foram acompanhadas de transformações substanciais na estrutura social de distribuição de renda, expressando, inclusive, a concentração racial da renda, do prestígio e do poder para os brancos. Não podemos, portanto, identificar o racismo estrutural apenas como uma herança colonial, sob o risco de “[...] perder-se de vista o essencial: como a emergência de novas realidades econômicas, sociais e políticas, vinculadas à expropriação capitalista, permitiram a revitalização de atitudes, valores e comportamentos estamentais.” (FERNANDES, 1968, p. 39).

A expansão do capitalismo dependente realiza a renovação do próprio capitalismo dependente, fazendo com que a frágil democracia restrita, em curso historicamente no Brasil, sob qualquer ameaça mínima à estabilidade da ordem burguesa, adquira a feição de uma catástrofe iminente, provocando estados de extrema rigidez estrutural. No livro *Apontamentos sobre a “teoria do autoritarismo”*,

Fernandes (1979) reafirma que as burguesias dos países capitalistas dependentes, como elos internos da dominação imperialista, não podem sequer admitir a transição da democracia restrita para a democracia de participação ampliada, no horizonte da própria democracia burguesa, realizando, de forma permanente e prolongada, um conjunto de ações contrarrevolucionárias forjadas na relação que estabelecem entre sobreexpropriação e democracia restrita.

Examinar, ainda que de forma breve, como estas ações contrarrevolucionárias foram conduzidas no Brasil, no período 2019/2022, reciclando, em seus elementos fundantes, a mentalidade escravocrata, racista, misógina, homofóbica e patriarcal do Brasil colônia e como tal processo incidu na intensa reconfiguração da política de educação superior é a tarefa que realizaremos a seguir.

3. CONTRARREVOLUÇÃO BURGUESA NO BRASIL: 2019/2022

Considerando, com base na interlocução estabelecida com o pensamento florestaniano, que o caráter autocrático da burguesia brasileira, analisado no item anterior, é constitutivo do seu padrão de dominação, podemos observar como esta burguesia se movimentou em tempos recentes (2019/2022) buscando adequar-se aos dinamismos do capitalismo mundial. Florestan Fernandes (2005, 1979, 1979b, 1980) identifica que democracia restrita e Estado autocrático-burguês consubstanciam em nosso país um processo contrarrevolucionário permanente e prolongado. Recuperando o conceito de contrarrevolução burguesa como profícuo instrumental para análise do padrão de hegemonia burguesa no Brasil, Fernandes (2005, 1979, 1979b, 1980) considera que, em um país marcado por sua inserção capitalista dependente na economia mundial, a contrarrevolução burguesa ganha contornos bastante definidos.

As crises sistemáticas do capitalismo, que constituem uma contradição insolúvel deste sistema, tornam a contrarrevolução burguesa, concebida como um



conjunto de ações políticas e econômicas realizadas pela burguesia para garantia da reprodução do projeto burguês de sociabilidade, um processo permanente, que ora se materializa em práticas ostensivamente repressivas e autoritárias, e ora se metamorfoseia e se recicla através de projetos de democracia restrita, de acordo com as configurações históricas e espaciais da luta de classes. A contrarrevolução burguesa é conduzida, portanto, como estratégia de reprodução da ordem societária e o Estado burguês assume o papel de legitimar a violência e o ódio de classe pela ação das forças armadas, da polícia e do arcabouço jurídico, ainda que sob a aparência de atuar acima dos antagonismos de classe. Neste quadro político, a burguesia brasileira utiliza os conflitos com as classes antagônicas, que se organizam, historicamente, na luta por direitos sociais e trabalhistas, para difundir a noção de que tais conflitos são ataques à ordem social e precisam ser reprimidos e silenciados.

O modelo autocrático-burguês nos países capitalistas dependentes estrutura-se, desta forma, na contrarrevolução burguesa, nas ditaduras burguesasostensivas ou dissimuladas operacionalizadas (i) por uma política econômica que atenda aos interesses do capital; (ii) pelo enrijecimento jurídico-político e (iii) pela militarização das estruturas de poder para garantir a reprodução do padrão composto de hegemonia burguesa. Também no capitalismo dependente, a condição colonial permanente se renova. A mentalidade burguesa, que nasce da mentalidade do senhor rural, faz com que o ódio de classe se manifeste pela aversão aos indígenas, pelo racismo estrutural, pela intolerância religiosa, pela homofobia e a misoginia associada ao patriarcado. São as expressões do ódio ressignificadas cotidianamente desde o Brasil colônia e que ganharão expressão na atualidade.

Neste sentido, no contexto interno de crise econômica e política, como expressão da crise mais ampla do capitalismo acirrada na segunda metade de 2008 (SAMPAIO JR., 2017 e 2020), as frações mais agressivas e conservadoras da burguesia brasileira operaram a forma clássica de enfrentamento do capital às crises: o *impeachment* (instrumento jurídico previsto na Constituição Federal) da então

presidenta Dilma Rousseff tornou-se um golpe conduzido sem qualquer prova material. Este processo instalou uma nova fase da contrarrevolução burguesa no Brasil conduzida, no período 2016/2018 pelo Governo Michel Temer e, no período 2019/2022, pelo governo do capitão Jair Bolsonaro. Nos limites deste texto, problematizaremos o avanço da ofensiva burguesa conduzida pelo governo Bolsonaro.

A vitória eleitoral desta ofensiva foi uma resposta reacionária aos governos petistas (2003/2016) que realizaram um conjunto de ações dentro da ordem burguesa pelo acesso dos trabalhadores às políticas focalizadas no alívio da pobreza (UGÁ, 2004 e SAMPAIO JR., 2017). Fica evidente, como analisamos na primeira parte deste artigo em diálogo com a obra florestaniana, como a burguesia brasileira, por sua natureza violenta, antissocial e antidemocrática, resiste aos avanços relativos constitutivos da própria racionalidade burguesa. A ofensiva conduzida pelo Governo Bolsonaro apresentava como horizonte político o aprofundamento da pauta ultraneoliberal do Governo Temer (2016/2018) que teve no ajuste fiscal permanente a sua centralidade. Ao mesmo tempo em que operava um movimento de aprofundamentos da pauta do governo anterior, indicava novidades pelo alargamento da violência contra os “[...]de baixo[...]” (FERNANDES, 1995, s/p), buscando desta forma, o apassivamento das nossas lutas.

Neste contexto político, o documento *O caminho da prosperidade – Proposta de Plano de governo (Bolsonaro)* (PARTIDO SOCIAL LIBERAL/PSL, 2018) foi divulgado, com o slogan *Brasil acima de tudo. Deus acima de todos*, defendendo como princípios fundamentais do futuro governo: a propriedade privada; o liberalismo econômico e a redução do Estado. O referido documento apresentava três linhas de ação para o Governo Federal no período 2019/2022: “segurança e combate à corrupção; melhorar a saúde e educar sem doutrinar e emprego e renda com equilíbrio fiscal” (PSL, 2018, p. 22). No que diz respeito à primeira linha de ação, indicava como políticas centrais, entre outras, (i) reformular o Estatuto do Desarmamento, (ii) tipificar as “invasões” de propriedades rurais e urbanas no

território brasileiro como terrorismo e (iii) fortalecer das Forças Armadas (PSL, 2018).

No que se refere à política econômica, o plano de governo ressaltava que era preciso garantir a estabilidade macroeconômica mantendo a política de ajuste fiscal; conduzindo mais uma fase da reforma da Previdência; garantindo a independência do Banco Central; aumentando as privatizações e as concessões ao setor privado; modernizando a legislação trabalhista, pautada na livre negociação entre o trabalhador e o empregador com base no contrato individual; operacionalizando o fim do monopólio da Petrobrás no gás natural; garantindo a abertura comercial e a redução de alíquotas de importação, entre outras ações.

Em relação à educação, o documento era bastante claro: “Conteúdo e métodos de ensino precisam ser mudados. Mais matemática, ciências e português, SEM DOCTRINAÇÃO E SEXUALIZAÇÃO PRECOCE. Além disso, a prioridade inicial precisa ser a educação básica e o ensino médio / técnico” (PSL, 2018, p. 41, grifos no original). Para tal, defendia “mudar a gestão escolar; modernizar o conteúdo das disciplinas e expurgar a ideologia de Paulo Freire das escolas e universidades” (PSL, 2018, p.46). O plano de governo também indicava os seguintes eixos condutores das ações do Governo para a educação superior: ampliação de parcerias com a iniciativa privada, especialmente para o financiamento da pesquisa, e o aumento do número de cursos à distância.

A análise das ações do Governo Bolsonaro evidencia suas prioridades políticas: (I) O ajuste fiscal permaneceu como eixo condutor das políticas do Governo Federal em mais uma fase (ainda mais intensa) da contrarreforma do Estado pelo fortalecimento dos interesses privados locais e internacionais e o desmonte do serviço público federal; (ii) A inserção capitalista dependente do país na economia mundial foi aprofundada pela relação estabelecida entre o Brasil e os países hegemônicos, apresentada, especialmente, nos itens relativos à política econômica; (iii) O incentivo de uma política de armamento da população e de criminalização dos movimentos sociais pela reformulação do Estatuto do Desarmamento e pela tipificação das ocupações de propriedades rurais e urbanas organizadas pelos movimentos sociais

como terrorismo; e (iv) A contrarreforma da educação superior ocorreu pela desqualificação do pensamento crítico e criativo e pela defesa da neutralidade axiológica da produção de conhecimentos, associada ao aprofundamento da sua privatização e mercantilização.

A nova fase da autocracia burguesa no Brasil manifestou-se, portanto, a partir de um vasto conjunto de ações contrarrevolucionárias associando o ultraneoliberalismo com o neoconservadorismo e incidindo diretamente na política de Educação Superior, como veremos a seguir.

4. EDUCAÇÃO SUPERIOR EM TEMPOS DE CONTRARREVOLUÇÃO

A pauta ultraneoliberal ganhou materialidade a partir de um vasto conjunto de ações conduzidas pelo governo Bolsonaro como a redução da alocação da verba pública para financiamento das políticas públicas, entre estas, a educação superior pública, fundamentada na Emenda Constitucional 95/2016 (BRASIL, PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2016) e nos sistemáticos bloqueios de financiamento público para a educação superior pública, como o Decreto 9.741/2019 (BRASIL, PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2019).

Articulada a esta pauta ultraneoliberal, o neoconservadorismo promoveu um conjunto de ataques à educação pública (LIMA, SOARES E SILVA (org.), 2022): (i) pela defesa do movimento “escola sem partido” (PENNA, 2021), do homeschooling ou ensino domiciliar (GUSSEN, 2021) e da militarização das escolas públicas (SANTOS, 2020); (ii) pelas críticas anticientíficas a um pretenso “marxismo cultural” difundido nas universidades públicas, cocnebidas como espaços de “balbúrdia” (ANDES/SN, 2022); (iii) pela defesa das novas faces da privatização interna das instituições federais de ensino, especialmente pelo Programa Future-se (LEHER, 2021), e (iv) pela intervenção federal na escolha dos reitores destas instituições.

Nos limites deste texto, elaboraremos breves considerações sobre a militarização das estruturas de poder realizada no período 2019/2022 e os ataques à



democracia interna das instituições federais de ensino. No dossiê intitulado “Militarização do Governo Bolsonaro e intervenção nas instituições federais de ensino”, o ANDES/SN/Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (2021) evidenciava que na composição do governo do capitão Jair Bolsonaro, os militares controlavam (até 2021) oito dos 22 ministérios, além de várias áreas estratégicas do serviço público federal e de estatais. Diante deste quadro, em junho de 2020, o plenário do Tribunal de Contas da União/TCU aprovou o pedido de realização de um levantamento do número de militares da ativa e da reserva exercendo cargos no serviço público civil nos últimos três governos. O referido levantamento confirmou o aumento significativo de militares nas diversas estruturas de poder, pós-2019, como destaca o dossiê do ANDES/SN (2021).

A militarização do serviço público federal na área da saúde revelou-se como uma importante estratégia de reforço do discurso anti-ciência e anti-vacina difundido pelo então Presidente Jair Bolsonaro no contexto pandêmico (AGÊNCIA SENADO, 2021). Também na área socioambiental, o número de militares era bastante expressivo, como indica o documento do ANDES/SN (2021). Tais militares estavam alocados, especialmente, na Fundação Nacional dos Povos Indígenas/FUNAI, no Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis/IBAMA e no Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade/ICMBio. A presença destes militares garantiu (i) a impunidade dos latifundiários em relação aos ataques sistemáticos dos territórios indígenas, quilombolas e sem-terra; (ii) a paralisação das demarcações das terras indígenas; (iii) a possibilidade de mineração nas referidas terras; (iv) a expansão do agronegócio e (v) o esvaziamento político dos órgãos indigenistas, enfim, permitiu que fosse possível “passar a boiada”, conforme defendeu o então Ministro do Meio Ambiente Ricardo Salles.

Neste contexto de avanço das ofensivas ultraneoliberais e neoconservadoras constitutivas da contrarrevolução, ocorreram novos ataques à democracia interna das instituições federais de ensino pela nomeação de reitores não eleitos pela votação das referidas instituições, visando o silenciamento do conhecimento científico. O

dossiê elaborado pelo ANDES/SN (2021) citado anteriormente apresenta a listagem das 24 IFES que sofreram intervenção federal no período de 2019/2021. Tais nomeações feriram o artigo 207 da Constituição Federal de 1988 que define os termos da autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial das universidades e evidenciaram os interesses econômicos, políticos e ideoculturais do então governo em atacar a democracia interna das instituições de ensino e os projetos político-pedagógicos pautados na produção crítica, criativa e coletiva do conhecimento científico.

Podemos afirmar, portanto, que estava em curso uma profunda refuncionalização das universidades federais, no contexto de intensa desestruturação do Estado brasileiro e das políticas públicas, colocando, na ordem do dia, um conjunto de protestos e atos que foram organizados pelos movimentos sociais, pelo movimento sindical autônomo, classista e combativo e pelo movimento estudantil em defesa da educação pública, configurando uma verdadeira *tsunami da educação* (ANDES/SN, 2019).

5. CONCLUSÕES

As breves análises realizadas demonstram como as ações contrarrevolucionárias articularam, no período examinado (2019/2022), a pauta ultraneoliberal com o neoconservadorismo pelo recrudescimento da autocracia burguesa constitutiva do capitalismo dependente brasileiro, especialmente em tempos de crise do capitalismo.

Se a violência e o ódio de classe são estruturantes da ordem burguesa, no capitalismo dependente ganham expressões ainda mais intensas e profundas, alicerçadas na aversão aos indígenas, no racismo estrutural, no patriarcado, na homofobia e na misoginia constitutivos da condição colonial permanentemente reciclada pela associação entre as frações mais agressivas, ultraneoliberais e neoconservadoras da burguesia brasileira com o imperialismo.

O projeto econômico-político-social conduzido no referido período de governo levava o Brasil para um novo patamar da inserção capitalista dependente na economia mundial realizado por um conjunto de ações contrarrevolucionárias: a superexploração da força de trabalho; a realização de mais uma fase da contrarreforma do Estado brasileiro; o uso do fundo público para garantir a movimentação lucrativa do setor privado; a militarização das estruturas de poder; a difusão de uma concepção de mundo alicerçada no fundamentalismo religioso neopentecostal e a destruição dos direitos trabalhistas e sociais, entre eles, o direito à educação superior pública e gratuita.

O desfinanciamento da política de educação superior realizado pela EC 95/2016 e pelos sistemáticos bloqueios orçamentários associado ao discurso reiteradamente repetido da “guerra cultural” contra as universidades públicas, concebidas como espaços de “balbúrdia” e a intervenção do governo federal na escolha dos dirigentes das instituições federais de ensino superior garantiram a materialidade da contrarrevolução conduzida pelo governo do capitão Bolsonaro. Um projeto que foi derrotado nas ruas e nas urnas, ao final de 2022, mas que ainda exige de todos/as nós que permaneçamos atentos e fortes em defesa da educação pública, gratuita, laica e democrática em nosso país.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA SENADO. Com nove crimes atribuídos a Bolsonaro, relatório da CPI é oficialmente apresentado. **Senado Notícias**. 2021. Disponível em:

< <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/10/20/cpi-da-pandemia-principais-pontos-do-relatorio> > Acesso em 31 maio 2023.

ANDES-SN [SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR]. **Tsunami da Educação: Protestos acontecem em todos os estados e no DF**. 2019. Disponível em:

< <https://www.andes.org.br/conteudos/noticia/tsunami-da-educacao-protestos->

[acontecem-em-todos-os-estados-e-no-dF1](#) >Acesso em: 30 maio 2023.

ANDES-SN [SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR]. **Dossiê: militarização do governo Bolsonaro e intervenção nas instituições federais de ensino**. 2021. Brasília, DF: Sindicato Nacional, 2021.

ANDES-SN [SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR]. **A invenção da balbúrdia: dossiê sobre as intervenções de Bolsonaro nas Instituições Federais de Ensino Superior**. 2022. Brasília, DF: Sindicato Nacional, 2022.

BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Emenda Constitucional 95/2016**. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. 2016. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm

Acesso em: 31 maio 2023.

BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Decreto 9741/2019**. Altera o Decreto nº 9.711, de 15 de fevereiro de 2019, que dispõe sobre a programação orçamentária e financeira, estabelece o cronograma mensal de desembolso do Poder Executivo federal para o exercício de 2019 e dá outras providências. 2019. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D9741.htm

Acesso em: 31 maio 2023.

FERNANDES, F. **Sociedade de classes e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968.

FERNANDES, F. **Universidade Brasileira: reforma ou revolução**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1975.

FERNANDES, F. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1975b.

FERNANDES, F. **Apontamentos sobre a “teoria do autoritarismo”**. São Paulo: HUCITEC, 1979.

FERNANDES, F. **Circuito Fechado. Quatro ensaios sobre o “poder institucional”**. 2. ed. São Paulo: HUCITEC, 1979b.

FERNANDES, F. **Brasil: em compasso de espera. Pequenos escritos políticos.** Coleção Pensamento Socialista. São Paulo: HUCITEC, 1980.

FERNANDES, F. O rateio da pobreza. **Jornal Folha de São Paulo**. 11 de agosto de 1995. Disponível em: < <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1995/8/11/brasil/39.html> > Acesso em: 27 dez. 2022.

FERNANDES, F. **A Revolução Burguesa no Brasil. Ensaio de interpretação sociológica.** 5. ed. São Paulo: Globo, 2005.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

FRENTE PARLAMENTAR EVANGÉLICA. **Manifesto à nação. O Brasil para os brasileiros.** 2018. Disponível em: < <https://www4.fe.usp.br/wp-content/uploads/graduacao/2018-documentobancadaevangelica-1.pdf> > Acesso em: 30 maio 2019.

GUSSEN, Ana Flávia. A quem interessa o homeschooling? **Revista Carta Capital**. 2021. Disponível em: < <https://www.cartacapital.com.br/educacao/a-quem-interessa-o-homeschooling/> > Acesso em: 31 maio 2023.

LEHER, Roberto. Universidade pública federal brasileira: Future-se e “guerra cultural” como expressões da autocracia burguesa. 2021. **Revista Educ. Soc.**, Campinas, v. 42, e241425, 2021.

LIMA, K., SOARES, L., SILVA, L.C (orgs.). **Neoconservadorismo, ataques aos direitos humanos e religiosidades: posicionamentos urgentes ao Serviço Social.** Uberlândia/MG: Navegando, 2022.

PENNA, Fernando. “Escola sem Partido” como ameaça à Educação Democrática: fabricando o ódio aos professores e destruindo o potencial educacional da escola. 2021. **Fronteiras - Revista Catarinense de História** | ISSN 2238-9717 | n. 37, p. 143- 155, jul.-dez./2021.

PARTIDO SOCIAL LIBERAL/PSL. **O caminho da prosperidade. Proposta de plano de governo.** 2018. Disponível em: < <https://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2018/BR/BR/2022802018/2> >

PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



80000614517/proposta_1534284632231.pdf > Acesso em: 30 maio 2019.

SAMPAIO JR., P. de A. **Crônica de uma crise anunciada**. São Paulo: Amarante Editorial, 2017.

SAMPAIO JR., P. de A. Jornadas de Junho e Revolução Brasileira. **Revista Contrapoder**. 2020. Disponível em: <<https://contrapoder.net/wp-content/uploads/2020/04/PLINIO-A-S-JR-Jornadas-de-2013-e-a-revolu%C3%A7%C3%A3o-brasileira.pdf>> 2020. Acesso em: 30 maio 2021.

SANTOS, Eduardo Junior Ferreira. **Militarização das escolas públicas no Brasil: expansão, significados e tendências**. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Educação (FE), Programa de Pós-Graduação em Educação, Goiânia, 442f, 2020.

UGÁ, V. A categoria “pobreza” nas formulações de política social do Banco Mundial. **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, 23, p. 55-62, nov. 2004.

PROMOÇÃO



APOIO

